

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA**

Processo nº. : 10768.032231/89-88

Recurso nº. : 116.695

Matéria : IRPJ - EXS.: 1984 a 1987

Recorrente : DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ

Interessada : STAIR CARGO DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA.

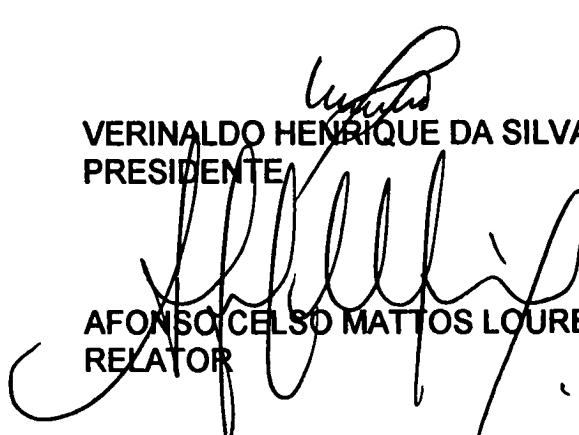
Sessão de : 08 DE DEZEMBRO DE 1998

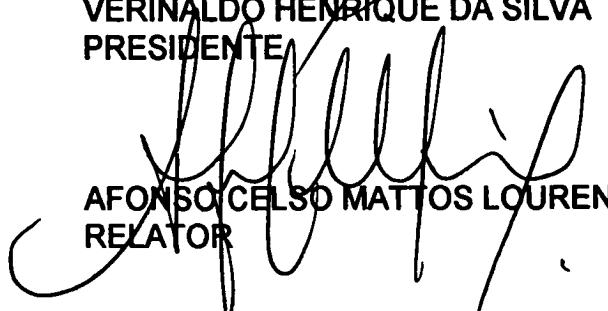
Acórdão nº. : 105-12. 659

**RECURSO DE OFÍCIO - Descabida a apresentação do recurso, quando a parcela exonerada estiver dentro de alçada.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO NO RIO DE JANEIRO/RJ.

**ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.**

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

  
AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 03 FEV 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NILTON PÊSS, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, CHARLES PEREIRA NUNES, VICTOR WOLSZCZAK e ALBERTO ZOUI (Suplente convocado). Ausente, justificadamente o Conselheiro IVO DE LIMA BARBOZA.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

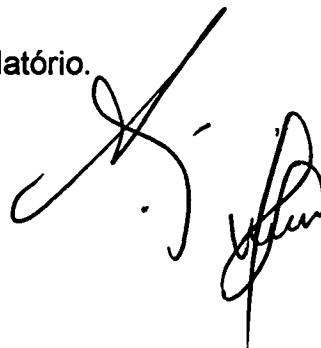
**PROCESSO Nº. 10768.032231/89-88  
ACÓRDÃO Nº. 105-12.659**

**RECURSO Nº: 116.695  
RECORRENTE: DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ  
INTERESSADA: STAIR CARGO DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS  
LTDA.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de ofício interposto pela autoridade *a quo*, conforme descrito na decisão singular (relato), que leio em sessão para o conhecimento de meus pares.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. J. P. P.", is written over the text "É o Relatório." The signature is fluid and cursive.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N°. 10768.032231/89-88  
ACÓRDÃO N°. 105-12.659**

**V O T O**

**Conselheiro AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, Relator**

O recurso não atende aos requisitos legais, pelo que dele não conheço.

Justifica o anteriormente afirmado, a circunstância de que o valor em litígio, devidamente exonerado, encontra-se dentro do limite de alcada, fixado pela legislação de regência.

Desta forma, incabível o presente recurso de ofício.

Pelo exposto, voto no sentido de não conhecer do mesmo.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 08 de dezembro de 1998.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO